



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br



PAUTA DA 273ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

27/06

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h às 9h15 – **Abertura da 273ª Assembleia, aprovação da pauta e informes**

9h15 – 10h30 - **Apresentação do relatório do Projeto Mapear** – Convidado: Polícia Rodoviária Federal
– Sra. Flavia Mundim

10h30- 12h - **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças (COF)**

12h– **Encerramento**

28/06

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h às 9h15 – **Abertura da 273ª Assembleia Ordinária**

9h15 às 9h30 - **Apresentação do Coordenador Geral do Sinase, Sr. Guilherme Astolfi.**

9h30 – 10h30 - **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação (CMF)**

10h30 às 12h – **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP)**

12h às 14h – **Intervalo para o almoço**

14h - 16h - **Relatoria da Comissão de Políticas Públicas (CPP)**

16h – 18h – **Reordenamento dos serviços de acolhimento e Plano Individual de Atendimento (PIA)** –
Convidado: Ministério do Desenvolvimento Social.

18h – **Encerramento da 273ª Assembleia Ordinária do Conanda**

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego.

Mariana Carvalho – Casa Civil

Eduardo Gamor – MP

Sociedade Civil:

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguã - CCIAO

Lucimara Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali

Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES

Regina Leão - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Roberta Motta - ACM

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Thiago Stein - Ministério da Fazenda

Francisco Xavier - MDS

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Thais Dantas – Instituto Alana

Patricia Andrade – Aldeias Infantis SOS

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Cleia Cunha - CFP

Gustavo Felício – CONDECA/SP

Edmilson Ramos – CNTE

Viviane Oliveira – MDS

Tatiane Gomes – Salesianos/Cesan

Ana Lucia/SEPPIR/MDH

Inajara Oliveira – SNDCA/MDH

Guilherme - SNDCA/MDH

Maria Izabel – FLACSO

Lindacir – Angaad.

Felipe Braga – MFP

Renata Lavareda – MPF/PFDC

Faltas Justificadas:

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

1. Abertura, aprovação da pauta da 273ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 273ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes e justifica a ausência da vice presidente a Secretaria Berenice, que está com problemas de saúde na família, sendo assim o conselheiro Danyel Iorio irá substituí-la. Faz leitura da pauta que é aprovada, em seguida faz apresentação dos ofícios deliberados na plenária anterior e seus encaminhamentos, leitura dos informes e a das atividades externas dos conselheiros e informa as novas indicações dos conselheiros governamentais do Ministério da Educação os conselheiros Mirna e Luciana, Ministério da Cultura os conselheiros Paulo e Iara e Previdência Social o conselheiro Ferutio. Em seguida cumprimenta a convidada da Polícia Rodoviária Federal a Sra. Flavia Mundim e agradece pela presença.

2. Apresentação do relatório do Projeto Mapear – Convidado: Polícia Rodoviária Federal – Sra. Flavia Mundim.

Com a fala a Sr.^a Flavia cumprimenta a todos e relata sua trajetória por essa Secretaria onde passou 8 anos trabalhando em várias conferências e no Programa de Proteção as Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte/PPCAAM e sempre um prazer retornar, relata que após voltar para o Polícia Rodoviária Federal foi trabalhar com um trabalho que ela começou em 2003 o projeto Mapear que na época não tinha esse nome e já era em parceria com essa Secretaria. Esse ano o projeto tem outra visão e outro layout e com a diminuição dos pontos vulneráveis de exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo das rodovias federais, esses dados apresentados foram colhidos em 2017/2018. O início do projeto em 2003 como já relatou em parceria com a então Secretaria Especial de Direitos Humanos e OIT, deu início a um fator existente nas rodovias federais que era a existência da exploração sexual de crianças e adolescentes e a maior dificuldade era até mesmo no meio dos policiais de enxergar as crianças e adolescentes como vítimas, eram crianças e adolescentes invisíveis, tanto para os policiais quanto para quem circulava pelas rodovias, ali estavam apenas prostitutas nos postos de gasolina. Iniciou um estudo para tentar enxergar onde estavam esses pontos e quem eram os parceiros e o que poderia ser feito tanto na área operacional quanto na área de ensino, em 2006 aconteceu o primeiro grande encontro onde iniciou a capacitação do efetivo da polícia Rodoviária Federal e foi identificado mais de mil pontos vulneráveis de exploração sexual, ocorreu nesse encontro a formação de multiplicadores de todos os Estados que retornaram e nas suas regiões foram realizados treinamentos que alcançou todo o efetivo policial em 2009. Esse treinamento começou a fazer parte do curso de formação de novos policiais que estavam iniciando a carreira, nesse mesmo ano foi instituído a comissão de direitos humanos em todos os Estados. O último mapeamento apresentou 2487 pontos vulneráveis em todo Brasil sendo 59,55% em áreas urbanas, sendo 489 pontos críticos, redução de 14% no número de pontos críticos mapeados em relação ao mapeamento anterior, resgate de 121 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e ações que alcançaram 15.607 pessoas em 04 grandes ações nacionais.

Os resultados consolidados foram à redução de 47% dos pontos críticos; resgates de 4.766 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; ações que alcançaram 15.607 pessoas.

Os desafios são: Transferência da metodologia para as Polícias Militares Estaduais responsáveis pelos Batalhões Rodoviários (BPRV); Cruzamento de dados com Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas; Tornar os locais de parada ambientes seguros para os motoristas e livres de exploração sexual de crianças e adolescentes; Empoderar gestores públicos das informações obtidas para implementar ações concretas de prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes para redução dos pontos críticos; Manter a efetividade do enfrentamento (repressivo e preventivo) mesmo com o crescimento desproporcional entre população, Frota de veículos e o efetivo da PRF.

O presidente parabeniza a Flavia pela apresentação e abre as perguntas para os conselheiros, a Sr. Flavia pede a fala para agradecer a parceria com a Secretaria pois sem ela não seria possível manter esse projeto.

O conselheiro Danyel complementa e esclarece que pela primeira vez tem aprovado com recursos do fundo o financiamento projeto Mapear com valor de R\$ 1.900.000,00.

3. Relato das comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

O conselheiro Danyel Iório inicia a relatoria com a justificativa que essa apresentação estava na pauta da assembleia anterior e devido à greve dos caminhoneiros e a possibilidade de cancelamento dos voos foi necessário o encerramento sem contemplar essa pauta. A apresentação do arquivo do orçamento de 2018 foi encaminhada por e-mail com a versão atualizada do plano de aplicação que foi inovado nesse mandato, ele e bianual porem foi enviado somente o de 2018, pois até o ano passado era enviado de dois anos. A comissão trabalhou e vem apresentar o orçamento de 2018 tanto da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente quanto do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, primeiramente para esclarecer será tratado aqui o que foi aprovado em lei orçamentaria anual, ou seja não está sendo tratado números de financeiros principalmente relativos ao fundo, pois o fundo tem recursos financeiros que não e necessariamente orçamento, ou seja existe um valor que para ser utilizado depende da lei orçamentaria que autoriza esse gasto. Será apresentado somente esse valor para disponível para 2018. A conselheira Regina solicita o documento impresso por se tratar de tantos números e está difícil a visualização a secretaria executiva pede para providenciar e entregar a todos.

Iniciando com o orçamento da SNDCA, a estrutura apresentada e a ação que subdivide em ação orçamentaria que são duas, uma e a 14UF (Construção e Equipagem SINASE e Construção e Equipagem CT) ou seja toda verba de investimento e a 210M que e toda ação de custeio da SNDCA tanto fonte tesouro como praticamente todo recurso do fundo. Essas ações orçamentárias de subdivide em planos orçamentários. Todas as ações estão no arquivo porem será mencionado somente onde estão os recursos alocados no momento. Primeira ação de R\$ 1.200.000,00 autorizado, porem disponibilizado R\$ 1.100.000,00 com diárias e passagens da SNDCA e do Conanda, para Construção e Equipagem Sinase R\$ 3.400.000,00 que foi disponibilizado e empenhado todo valor e pago em uma obra no Estado da Bahia, e para Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte –PPCAAM R\$ 14.550.200,00 esses são os valores que a SNDCA tem e o que receberam para investimento em obras do SINASE não atende as necessidades nem de uma obra, e são convênios de gestões anteriores não foram realizados novos convênios na gestão atual desde 2016 justamente pela ausência de orçamento, estão administrando as obras somente com o que já estavam pactuados. Quanto ao PPCAAM aumentou um

pouco o valor com inclusive uma previsão de expansão. Com relação as emendas parlamentares o que chama mais a atenção e com mais sucesso as emendas para construção e equipagem de conselhos tutelares que esse ano recebeu R\$ 59.100.410,00, sendo o maior valor absoluto da história da SNDCA e sem perda nenhuma pois todo valor foi disponibilizado, o que não aconteceu em anos anteriores por exemplo ano passado de R\$ 30.000.000,00 recebidos somente R\$ 20.000.000,00 foram disponibilizado. Os demais valores que são: R\$ 340.000,00 para Sistema de Garantia de Direitos, R\$ 1.400.000,00 para Enfretamento das Violências contra Crianças e Adolescentes e R\$ 350.000,00 Convivência Familiar e Comunitária são projetos de indicação dos parlamentares geralmente com organizações da sociedade civil, sendo projetos variados que se assemelha muito com projetos do edital do Conanda, este e o orçamento da SNDCA.

Quanto ao empenho a SNDCA tem em torno de R\$ 19.000.00,00 empenhou até o momento R\$ 6,6 milhões, o fundo que tem no plano de aplicação R\$ 12.135.000,00 já empenhou cerca de 1 milhão e as emendas parlamentares com cerca de R\$ 61.000.000,00 ainda nem foram empenhadas.

Quanto aos convênios vigentes por cada área da SNDCA existem: Coordenação-Geral de Promoção que engloba a Convivência Familiar e Comunitária - CFC com 5 convênios e o Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Observatório com 1 convênio; Coordenação-Geral de Defesa que engloba o Enfretamento das Violências contra Crianças e Adolescentes – EVCA com 3 convênios e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte –PPCAAM com 14 convênios; Coordenação-Geral do SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE FORMAÇÃO com 19 convênios e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE OBRAS com 8 convênios; Coordenação-Geral do SGD Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente SGD com 6 convênios e SNDCA com Políticas Gerais com 1 convênio. O conselheiro Danyel finaliza e se coloca à disposição dos conselheiros para perguntas e duvidas, ele pede para acrescentar os dados do plano de aplicação no momento existe disponível cerca de 12,7 milhões, temos uma parcela da formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado da BAHIA que não será empenhado este ano e como o edital foi de R\$ 9 milhões e 2 projetos não foram aprovados a sobra seria de R\$ 649.159,02 sem a Bahia e incluindo a Bahia a sobra e de R\$ 1.651.894,59. O conselheiro lembra que tem adotado a metodologia de aprovar um plano de aplicação maior do que os recursos disponíveis para que consigam chegar na execução alta que houve o ano passado.

Finalizando a relatoria com os encaminhamentos aprovados em plenária: Encaminhar consulta do Conanda a PFDC sobre a legalidade do contingenciamento dos recursos do Fundo por parte do governo federal; a COF deve trabalhar estratégias relacionadas à LOA (orçamento) e apresentar na plenária do Conanda (julho - 274ª AO); resgatar atas –memórias das reuniões que foram discutidos os planos de aplicação do Conanda edital 01 e 02 de 2017. Encaminhar para os conselheiros por e-mail. (Busca -Valor total que será disponibilizado para edital); Fazer o levantamento dos recursos do Fundo desde 2011 – saldo remanescente. (Tornou-se saldo se sim, como fazer para utilizar o recurso em 2019);

propor PL sobre o não contingenciamento do Fundo e suplementação automática diante da comprovação do financeiro.

28/06/2018 - Segundo dia da 273ª Assembleia Ordinária.

O presidente do Conanda professor Marquinhos faz abertura do segundo dia de assembleia, saudando a todos e informa que a pauta não será alterada e com todos de acordo da continuidade ao segundo dia de assembleia.

1. Apresentação do Coordenador Geral do Sinase, Sr. Guilherme Astolfi.

Com a palavra o Coordenador Geral do Sinase, Sr. Guilherme Astolfi, ele cumprimenta a todos os presentes e agradece as palavras e acolhimento de todos, relata que já está no sistema socioeducativo a 18 anos, iniciou na Fundação Casa no Estado de São Paulo como voluntário no início do ano 2000 e em 2002 passou a ser professor de educação física em unidades de internação provisória na cidade de Campinas e depois atuou como coordenador pedagógico, foi convidado a compor a equipe da superintendência pedagógica na gerencia de educação física e esporte 2005/ 2007 e após esse período foi convidado a assumir toda gerencia de arte e cultura do todo Estado de São Paulo onde foi possível criar o projeto “Amigos da Casa” com parcerias que permanecem até hoje e trabalham com os jovens na área de arte e cultura. Após esse período foi para umas das 11 regionais, onde foi diretor da região norte com sede em Ribeirão Preto onde permaneceu até 2015 uma região com historio de violência com muitas rebeliões e com a gestão dele e humanização dos trabalhos e aproximação dos adolescentes houve grande diminuição desses tumultos no nível máximo classificado como rebelião. Depois foi convidado a assumir outra região na capital que abrange a região oeste e metropolitana onde existem unidade com histórico de muito violência onde permaneceu de 2015 à 2017 trabalhando para tentar deixar esse legado da humanização e do atendimento socioeducativo em respeito aos direitos dos adolescentes sempre prevalecendo pelo diálogo e humanização. Em 2017 foi para região grande ABC no complexo de Santo André até quando foi convidado para assumir a Coordenação do SINASE. Ele relata com essa experiência e viagens conhecer bem a realidade de algumas unidades e sabe a necessidade de avançar dentro das medidas socioeducativas para que de fato cumpra seus objetivos da restituição dos direitos da interrupção da trajetória infracional e da inclusão dos adolescentes em todas as áreas educacionais, culturais e esportivas para que o jovem de fato interrompa com essa trajetória e tenha um caminho digno, honesto e que possa prosseguir na vida de maneira digna. Ele agradece a parceria com esse conselho por manter um foco de articulação com SINASE e a importância em unir esforços para garantia dos direitos dos adolescentes e nesse momento que está em discussão da ida do sistema socioeducativo para o SUSP para que não aconteça. Ele pede apoio a todos para que possam fortalecer esse entendimento juntos aos Estados para que o sistema socioeducativo permaneça na pasta dos Direitos Humanos e se coloca à disposição para esse trabalho juntos. Fica como encaminhamento

da apresentação: Encaminhar Ofício ao CNS solicitando que o conselho pautar o tema da saúde no sistema socioeducativo. É importante a participação dos conselheiros do Conanda.

1. Continuação dos Relato das comissões:

a. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

A conselheira Roberta inicia a relatoria com a pauta sobre a apresentação da plataforma do CPA, ela esclarece que a plataforma virtual iniciou o ano passado como piloto e agora foi apresentada a plataforma quase finalizada, foi realizado alguns ajustes e apresentado o instrumento como um todo, apresentaram todo espaço virtual com painel do CPA, os espaços de conversas, um espaço muito interessante e muito interativo para os adolescentes e fácil para quem manuseia bem as redes sociais. Os ajustes foram feitos a partir das opiniões dos adolescentes que se cadastraram no ano passado, foi solicitado a implantação da sensibilidade que está em andamento. Fica como encaminhamento planejar uma estratégia de lançamento. Planejar uma estratégia de lançamento; não privilegiar a entrega do produto da Plataforma, mas sim a utilidade/propósito da ferramenta; criar um novo campo no perfil para identificação de etnia; trabalhar lançamento e divulgação com os Conselhos Estaduais, Fórum Estadual e Nacional, Municipais e Tutelares.

A minuta da Resolução que trata de ID Conselhos entrara como ponto de pauta da mesa diretora do próximo mês, pois a Coordenação Geral Fortalecimento e Sistema de Garantia de Direitos não pode comparecer à reunião da comissão, a secretaria executiva do conselho Sr.^a Verena explica que devido à grande demanda de atividades com as entregas dos kits dos conselhos tutelares a coordenadora ficou impossibilitada de atender a agenda e ficou encaminhado que a comissão faria uma nota técnica sobre a resolução e a mesa diretora entende que a nota deverá ser produzida pela coordenação e já está na pauta da próxima mesa diretora esse assunto.

Próxima pauta a conselheira Roberta traz o assunto da divulgação da pesquisa sobre o SIPIA Conselho Tutelar e solicita à secretaria executiva do Conanda um cruzamento dos e-mails recebidos solicitando informações do SIPIA CT com os dados apresentados pelo Sr. Antonio da Coordenação Geral Fortalecimento e Sistema de Garantia de Direitos, pois nas caravanas têm ocorrido muitas reclamações do sistema e solicita encaminhamento mensal desses relatórios.

Em comemoração aos 28 anos do ECA a comissão estudou algumas ações como a semana de campanhas nas redes sociais e o lançamento do Gibi da Turma da Mônica uma edição sobre o ECA juntamente com a SNDCA e lançar a biblioteca virtual com ECA digital em versão atualizada e o arquivo com acessibilidade, disponíveis no site e nas redes sociais do Conanda e SNDCA. Quanto a Audiência pública foi enviado ofício enviado à Câmara dos Deputados e ainda não houve retorno e

resgatar material relacionado a pontos de pauta para os presidenciáveis, organizar os 28 pontos a serem trabalhados pelos candidatos a presidente e encaminhar e-mail para todos os conselheiros solicitando contribuições.

Sobre o CPA recebemos informações que a revisões do PRODOC e da Carta Acordo voltaram aprovadas e aptas para assinatura e respeitando a carta dos adolescentes e para que o tempo seja hábil a data provável para o primeiro encontro do CPA seja em agosto e a proposta e que comecem as atividades com os adolescentes iniciando com um grupo no WhatsApp com os adolescentes, os membros do grupo gestor da plataforma virtual e SE do Conanda; para que eles conheçam o Conselho, verificar quais são as possibilidades de comunicação com os adolescentes que não tem telefone celular.

Como as realizações das Caravanas dependiam da assinatura da carta acordo e devido aos acontecimentos ficou muito apertado o calendário e a comissão estudou e trouxe a proposta bem apertada pois já estamos no fim do ano e com vários acontecimentos. A proposta e o CPA em agosto junto com a plenária do Conanda; Caravana da Diversidade em setembro (segunda quinzena); Caravana nacional em outubro, junto com a plenária do Conanda.

Fica como encaminhamentos aprovados em plenária: Planejar uma estratégia de lançamento (CMF/SNDCA); Criar um novo campo no perfil para identificação de etnia; Trabalhar lançamento e divulgação com os Conselhos Estaduais, Fórum Estadual e Nacional, Municipais e Tutelares; Entrará como ponto de pauta da Mesa Diretora no próximo mês (12), devendo a CGFSGD fazer a nota técnica para apresentação para os conselheiros e encaminhamento a CMF; Reencaminhar para todos os conselheiros a minuta da Resolução e os indicadores; Solicitar à Secretaria Executiva um levantamento dos e-mails sobre o SIPIA-CT enviados ao Conanda com a finalidade de cruzar com os dados apresentados pelo Antônio – prazo: próxima mesa diretora; Envio dos relatórios das Caravanas para os membros da CMF; Definir como tema prioritário o SIPIA conselho tutelar no boletim do Conanda, utilizando os dados para tratar das temáticas trabalhadas no conselho; Incluir uma matéria no boletim do Conanda que trate do SIPIA CT chamando atenção para a resolução (178) do Conanda. Os dados dos relatórios do SIPIA (violações por estado); Pedir para a CGFSGD fazer a análise dos dados bimestralmente (falar com o Antônio); Os conselhos estaduais receberão mensalmente os dados do relatório. No documento deverá ser indicada a importância do estado divulgar os dados para a rede municipal; Elaborar Nota pública do Conanda com o balanço dos 28 anos do ECA (CMF); Os materiais deverão obedecer a legislação vigente relacionada a acessibilidade; Resgatar material relacionado a pontos de pauta para os presidenciáveis-congresso nacional – organizar os 28 pontos a serem trabalhados pelos candidatos a presidente. Encaminhar e-mail para todos os conselheiros solicitando contribuições; Encontro para agosto/2018; Criar um grupo no WhatsApp com os adolescentes, os membros do grupo gestor da plataforma virtual e SE do Conanda; Ofício para os CEDCAS, Fórum Estadual e nacional e os adolescentes indicando que será criado um grupo no WhatsApp; Verificar quais são as possibilidades de comunicação com os adolescentes que não tem telefone celular; CPA – Agosto junto com a plenária do Conanda; Caravana da Diversidade – setembro (segunda quinzena); Caravana

nacional – outubro – junto com a plenária do Conanda; Convidar CONAETI e FNPETI para a 274ª assembleia ordinária do Conanda (julho) para tratar do balanço das ações realizadas no dia 12 de junho de 2018.

b. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador:

Relatoria: Mariana

A conselheira Mariana inicia a relatoria com a pauta referente a Parceria Global contra a violência a comissão recebeu a Maria Gutenara da SNDCA que apresentou um relato sobre a Adesão dos Estados, a SNDCA preparou uma estratégia de participação nessa parceria global – Indicar o protagonista das ações sendo a SNDCA e CONANDA. Eleger a metodologia para a construção da agenda de enfrentamento as violências, e estipular meta para entrega dos produtos.

A comissão sugeriu uma nota sobre a situação das crianças brasileiras migrantes e faz a leitura para plenária, o conselheiro Danyel propõe que seja enviado para o MRE, pedindo a tradução da NP; Para a RAAD; CIDH; Congresso Nacional – Comissões correlativas; Casa Civil; PR.

A Audiências públicas sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em direito a comissão pede para reiterar o ofício encaminhado ao MEC e ao CNE do posicionamento do Conanda e a participação de representação do Conanda para defender o tema na referida audiência pública e verificar quem poderá acompanhar pois não há tempo hábil para compra de passagens será necessário a indicação de algum de Brasília, o conselheiro Danyel propõem que algum da SNDCA acompanhe a audiência.

Situação das ações referentes às mortes de 10 adolescentes na unidade de interação provisória Goiás e relato de pais e representantes de Goiás, a conselheira explica que não irá ler o relato e na reunião da comissão receberam representantes da defensoria pública do Estado de Goiás, do comitê Goiano de Direitos Humanos, da Polícia Rodoviária Federal representando comitê antirracismo e o comitê LGBT, a mãe de um dos adolescentes a Sr.^a Luciana e o padrasto de um dos adolescentes o Lucas Ranier que morreu na tragédia. O relato é muito forte e mostra um cenário muito perverso do sistema socioeducativo na capital do Goiás e essa percepção foi ratificada pelo defensor público que alertou que não é viável fechar o centro de detenção provisório, pois os adolescentes temem ir para um local que eles temem mais do que continuar no local onde ocorreu tudo, os representantes do comitê locais e de direitos humanos fizeram falas das inadequações e das violações de direitos ocorridas no local.

Como último ponto a conselheira Thais traz o assunto da classificação indicativa, ela menciona a participação na última assembleia do representante do Ministério da Justiça que mencionou a proposta da nova portaria sobre classificação indicativa e a seria aberta uma consulta pública e nesse sentido a comissão minutou uma primeira manifestação do Conanda e nossa manifestação é positiva, a conselheira faz a leitura do manifesto.

Como encaminhamentos da comissão aprovados em plenário ficaram: Aprovação da Nota Pública do CONANDA sobre os direitos de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de migração irregular - Enviar para o MRE (ara conhecimento e pedindo a tradução da referida nota), RAAD, CIDH, Congresso Nacional – Comissões correlativas - Deputados e Senadores, Secretaria Executiva da Casa Civil, Presidência da República, Reiterar o ofício enviado ao MEC e ao CNE do posicionamento do Conanda. E a participação de representação do Conanda para defender o tema na audiência pública sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em direito (02 de julho); Pedir que um servidor da SNDCA participe da audiência; Situação das ações referentes a morte 10 adolescentes mortos na unidade de interação provisória Goiás, enviar ofício ao Governador do Estado, Ministério Público, Sistema de Justiça, CEDCA GO, Segurança Pública (se referindo ao Inquérito policial), CECRIA (órgão gestor do SINASE no Estado). “Exigindo informações sobre a investigação e as ações de reparação a situação dos adolescentes nas unidades de internação de todo o estado, bem como ações de reparação às famílias dos adolescentes.”; Enviar ofício de convocação para a presença do Governador de Goiás, na próxima planária para responder a esse conselho sobre a situação do SINASE no Estado e as devidas providencias sobre o caso ocorrido; Articular com o Mecanismo que seja realizada uma missão ao Estado do Goiás com a participação do MNPCT\CNPCT\CONANDA. Articular agenda com a rede local; Consulta Pública – Classificação Indicativa - Encaminhar ofício para o MJ com a manifestação, Incluir no portal do participa que as contribuições do Conanda foram encaminhadas por ofício, divulgação da manifestação para a rede e os integrantes do CASC.

O presidente do Conselho com a fala passa para a conselheira Deuzenea, ela fala da sua trajetória no conselho como representante do Ministério do Trabalho, menciona as comissões que já participou nesse conselho e sempre com uma agenda pesada e algumas mudanças no ministério ela irá mudar para outra coordenação e por esse motivo irá sair da representação do conselho e se coloca à disposição caso seja necessário e agradece todo apoio. Pauta para almoço.

O presidente do conselho faz abertura do período da tarde e passa para o representante da CPP.

c. Comissão de Políticas Públicas /CPP.

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**

Relatoria: **Francisco.**

O conselheiro Francisco inicia a relatoria com a pauta referente à Matriz Estratégica do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil que veio da CONAETI, a comissão discutiu os temas específicos que são atribuições e responsabilidades do Conanda e feito a leitura das contribuições na Matriz e aprovado pelo plenário. Próximo ponto e a organização da resolução que vai dispor sobre as diretrizes para o atendimento da criança e adolescente com deficiência no Sistema de Garantia de Direitos, a conselheira Ana Beatriz esclarece que fizeram o convite para o CONADE que o

representante deles foi o Sr. Djalma da PABB para um diálogo, pois anteriormente já houve uma reunião entre os conselhos. A partir de então entendeu-se a importância da construção de uma resolução para orientar Estados e Municípios acerca do olhar de crianças e adolescentes com deficiência, para orientar. Será oficializado o CONADE o interesse do Conanda em editar uma resolução conjunta, solicitando a indicação do representante que estará trabalhando junto com o Conanda, remissão da minuta para o CONADE para contribuições informando que o conselheiro esteve presente na reunião da comissão permanente; retorno para CPP articular com os demais conselheiros do CONANDA e validar junto a membro do CONADE, encaminhar para área técnica da SNPD, até outubro a resolução deverá ser finalizada.

Quanto à nota pública sobre aprendizagem por não ter um prazo estipulado a comissão foi trabalhando com a contribuição dos Ministérios e da sociedade civil, o conselheiro Francisco faz leitura da nota que é aprovada pela plenária.

Próximo ponto é a nota de repúdio sobre a esterilização compulsória e destituição indevida do poder familiar, devido ao ocorrido em Mococa/SP onde uma mulher que vive em situação de rua foi coagida e sem consentir pelo poder judiciário e acatada pelo município passou pela esterilização e sua filha recém nascida foi retirada compulsoriamente no momento do parto e também a guarda dos seus 8 filhos. Nesse sentido o Conanda se posiciona contrário com a nota de repúdio, o conselheiro faz leitura para o plenário que é aprovada.

Por fim a pauta sobre conferência popular de educação, a conselheira Catarina explica que a conferência ocorreu em abril e não foi possível representação do Conanda, somente o conselheiro Lacerda participou porém não foi representando o Conanda e a comissão solicitou que ele informasse o produto desse evento para estudar como o Conanda poderia contribuir com o que fosse encaminhado. Ele trouxe uma carta e posteriormente será encaminhado um documento para que seja lido e referendado pelo Conanda.

Como encaminhamentos da comissão ficaram: Aprovação da Matriz Estratégica do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI; Encaminhar para CONAETI a planilha com cópia para a Glicia e a Regina que acompanham o tema na Comissão; Oficializar o envio e solicitar que o plano venha para o Conanda para apreciação. Sobre a Minuta de resolução que dispõe sobre as diretrizes para o atendimento da criança e adolescente com deficiência no Sistema de Garantia de Direitos, oficializar o interesse do Conanda em editar uma resolução conjunta com o CONADE solicitando a indicação do representante que estará trabalhando junto com o Conanda; remissão da minuta para o CONADE para contribuições informando que o conselheiro esteve presente na reunião da comissão permanente; retorno para CPP articular com os demais conselheiros do CONANDA e validar junto a membro do CONADE; encaminhar para área técnica da SNPD; resolução deve estar aprovada até outubro. Sobre a Nota pública sobre aprendizagem, aprovação da Nota Pública; encaminhar nota pública para CNE, MEC, Fórum de Aprendizagem, CEDCAs, Fórum dos DCA, Nota de Repúdio sobre

esterilização compulsória aprovada e sobre a Conferência Nacional Popular de Educação, compartilhar a carta enviada pelo Lacerda.

A conselheira Roberta que a ACM avisa que a instituição tem uma representação em Boston e se disponibiliza para ajudar com intervenção na área de esporte e lazer nos abrigos no caso crianças separadas dos pais imigrantes nos EUA e fica encaminhado que ela irá passar dados para encaminhar ofício a esse respeito.

2. Reordenamento dos serviços de acolhimento e Plano Individual de Atendimento (PIA)

A conselheira Maria Yvelonia vem representando o Ministério de Desenvolvimento Social, ela cumprimenta a todos e relata que veio trazer um pouco do evento que o MDS realizou sobre serviços de acolhimento, ela deseja trazer para conhecimento de todos como foi realizado esse evento e quais são as pretensões futuras. Quanto a expansão e o reordenamento dos serviços de acolhimento existe dentro do departamento de proteção espacial uma a coordenação que e de alta complexidade responsável pelo tema foi criado um texto que ela irá ler para plenária e tirar dúvidas que possam surgir. A leitura foi realizada e ela explica que o MDS realizou o encontro nacional sobre reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens e os desafios para conclusão desse público no cadastro único, esse evento teve o objetivo de avançar na consolidação do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento que iniciou em 2014 com intuito de fortalecer estratégias não institucionais em especial a família acolhedora e a guarda subsidiada como alternativas às medidas de proteção em abrigo, aconteceu nesse mesmo evento um GT que trabalhou no intuito de construção de subsídios e diretrizes para o programa da família guardiã que e uma modalidade de guarda subsidiada que vem sendo debatida pelo MDS como alternativa de prevenção ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violência e violação dos direitos, os resultados do GT foi apresentado em plenária no último dia do encontro que tinha participação do CONANDA, o conselheiro Romero estava presente. Esse evento aconteceu no período de 24 à 26 de abril/2018 os participantes foram especialistas, representantes de entidades, organizações da assistência social, gestores Federais, Estaduais e do Distrito Federal, representantes do sistema de garantia de direitos e dos órgãos de controle. Esse evento e parte de um processo que iniciou em 2013 de expansão e qualificação e que o projeto da família guardiã ficara será desenvolvido, houve a contratação de uma consultora que posteriormente irá apresentar proposta e trará para a Comissão Políticas Públicas para possam trabalhar junto nesse desenvolvimento.

A conselheira Lucimara esclarece que o conselheiro não esteve no evento representando o Conanda ele foi realmente para verificar o porquê que o conselho não foi convidado e que já chegou aqui o produto pronto. A representante do MDS afirma que o convite foi enviado e por ela ser conselheira nesse conselho e o colega Romero também ela afirmou que ele estaria lá representando este conselho. O presidente do conselho afirma que o convite chegou e por decisão política resolveram não participar, ouve representação somente na abertura e nos debates e mesa não participaram.

A conselheira Ana Beatriz solicita que verifiquem a possibilidade de acrescentar no GT especialista da área de pessoas com deficiência, pois existem crianças permanecem institucionalizadas ao longo da vida devido a deficiência, a conselheira Jimena esclarece que o tema da convivência familiar e comunitária tem que ser revisto e voltar à ativa e a conselheira Maria Ivelonia diz ser necessário retornar essa discussão. A conselheira Roberta questiona ter uma preocupação que é anterior ao reordenamento a questão da implantação SUAS não estava dando certo e se tem visto o desmanche da política como um todo e ela questiona qual será a estratégia para que não se cheguei aos altos índices de acolhimento e a preocupação e que se gasta muito mais em acolhimento do que se gastaria em convivência familiar e comunitária. Em resposta a representante do MDS diz que infelizmente não é somente a questão do SUAS isso vem ocorrendo em todas as políticas e como uma profissional atuante ela pode afirmar que em relação ao SUAS o que se tem feito e utilizado de espaços como esse, a CITE, Conselho Nacional de Assistência para fazer os enfiamentos que são necessários. Não se pode dizer que existe uma resposta para resolver essa questão, pois seria ingênuo, uma vez que não existem os enfrentamentos as buscas para não diminuir e não haver impedimento nas questões de repasse de recursos como agora mesmo na situação atual conseguir continuar o co-financiamento para o enfiamento ao trabalho infantil e expansão de recursos para as medidas em meio aberto e bem significativo para esse luta e o momento de pensar no papel dos Estados, pois a conta tem ficado para o Governo Federal o para os Municípios. O Governo Federal co-financia e os Municípios se organiza para que os serviços aconteçam. Como encaminhamento dessa apresentação fica levar para discussão na mesa diretora a pauta da reativação da Comissão Intersetorial que trata do tema de Convivência Familiar e Comunitária.

17h00: Encerramento da 273ª Assembleia Ordinária do Conanda.